



Anais da Assembléia

Nº 102

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 150ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1975

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Francisco Escorsin.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Ivan Ruppel e Fabiano Braga Cortes (51), achando-se ausentes os Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Deni Schwartz e Maurício Fruet (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão

EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 124/75, veto apostado ao

Projeto de Lei nº 166/72, de autoria do ex-Deputado Antonio Lopes Junior, que transfere à responsabilidade do DER a estrada que liga os municípios de Irati e Inácio Martins, passando pelas localidades de Rio Corrente, Rio Preto, Quamirim, Governador Ribas, Água Clara e Serro do Leão. Parecer da CCJ, pela manutenção do veto. Encerrada a discussão. Em votação. Rejeitado o projeto, mantido o veto.

Antes de encerrar a sessão, tenho a honra e a satisfação de anunciar a presença neste plenário, do ilustre Vereador Zeno Vur, do município de Ortigueira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 12, sexta-feira, às 9:30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições nºs 106/75 e 114/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 151ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada

pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Francisco Escorsin.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Varvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Ivan Ruppel e Fabiano Braga Cortes (51), achando-se ausentes os Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Deni Schwartz e Maurício Fruet.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

Mensagem 52/75 Curitiba, 4 de setembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado entre o Governo Federal, através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado do Paraná, que objetiva dotar o Oeste do Paraná de adequada infraestrutura econômica e social.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem 53/75

Curitiba, 04 setembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo do Convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de JAPIRÁ, objetivando a execução de melhorias nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar "Coronel Joaquim Pedro de Oliveira" e a Escola Comercial "Marechal Arthur da Costa e Silva" da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem 54/75

Curitiba, 04 de setembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Salto do Itararé, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar “José Eugênio de Carvalho”, da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem 56/75

Curitiba, 04 de setembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Corbélia, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Ginásio Estadual “Amâncio Moro”, da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado.

À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Do Sr. WALTER MAZELLA, Diretor Superintendente da Rádio Televisão Paraná S/A, no qual agradece termos cedido às nossas instalações para as solenidades do lançamento do livro “A Educação e o Milagre Brasileiro” de autoria do Senador João Calmon. — Ao conhecimento da Casa.

Do Sr. General SAMUEL AUGUSTO ALVES CORREA, Comandante da 5ª Região Militar, que agradece o inestimável apoio prestado por essa Casa às Comemorações da Semana do Exército, podendo contar com o auxílio prestimoso, com a colaboração abnegada de funcionários desta Assembléia, particularmente da Sra. LUCY DE MELLO KEINERT. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o nº 61/75, da Câmara Municipal de Santa Cecília do

Pavão, encaminhando Expediente e abaixo assinado de moradores da Cidade de Santa Cecília e do Distrito de Santa Bárbara, Comarca de São Gerônimo da Serra, no qual solicita transferência da referida cidade e Distrito, para a Comarca de Assaí. — Ao conhecimento da Casa.

Ofício nº 01/75.

Curitiba, em 11 de setembro de 1975

Tenho a honra de indicar a VOSSA EXCELENCIA os nomes dos Srs. Deputados do Movimento Democrático Brasileiro que, como titulares e suplentes, passam a integrar a **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**, criada para o setor da Educação. São eles:

1. Deputado Antonio Del Ciel.
2. Deputado Enéas Faria
3. Deputado Edilson Alencar

SUPLENTES: Deputados Valter Pietrângelo, Deni Schwartz e Waldenício Barbalho.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO – Líder da Bancada do MDB

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DEPUTADO PAULO CAMARGO
DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO PARANÁ.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Adcioly Neto, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 98/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem em nossa Capital, do ilustre Doutor PAULO MADER BITTENCOURT.

O Senhor em apreço foi funcionário destacado da Secretaria de Saúde Pública, tendo ficado à disposição desta Assembléia Legislativa e prestou relevantes serviços à comunidade.

Outrossim, requer ainda, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1975.

a) JORGE SATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente e.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à equipe de Monofil de Ponta Grossa pela conquista do Campeonato Industriário Sul-Brasileiro, disputado recentemente entre os Estados do Sul, na Princesa dos Campos.

Requer outrossim, seja oficiado à Monofil na pessoa do Sr. Jacinto Lozza, na cidade de Ponta Grossa, por esse feito que promove o esporte no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, requer após ouvido o plenário, se envie apelo urgentíssimo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura e ao Presidente da FUNDEPAR, no sentido de que sejam tomadas medidas imediatas a fim de possibilitar a volta à normalidade no "Grupo Escolar Duque de Caxias", de Maringá, atingido por incêndio, dia 04 último, que destruiu toda a ala administrativa (biblioteca, orientação pedagógica, secretaria, diretoria, sala dos professores, almoxarifado e banheiros).

Solicita o envio imediato de móveis, máquinas de escrever, mimeógrafos etc., para que o estabelecimento tenha condições de manter seu funcionamento.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, após consulta ao plenário, requerem seja oficiado ao Comando da Força Aérea Brasileira, solicitando da viabilidade de comparecer às festividades de aniversário dos municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão e Coronel Vivida, no próximo dia 14 de dezembro de 1975, da Esquadilha da Fumaça, para maior brilhantismo daquelas festividades.

aa) IVO THOMAZONI
NÍLSO SGUAREZI
DENI SCHWARTZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o plenário, requer seja encaminhado ao Exmo. Sr. Desembargador Henrique Nogueira Dorfmond, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que inclua na nova divisão judiciária a criação da Comarca de Terra Roxa, porque trata-se de um município em franco desenvolvimento.

A população da região, esperam e confiam nos poderes responsáveis do referido município.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o plenário, requer seja encaminhado ao Exmo. Sr. Desembargador Henrique Nogueira Dorfmond, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que inclua na nova divisão judiciária a criação da Comarca de Alto Piquiri, porque trata-se de um município em franco desenvolvimento.

A população da região, espera e confia nos poderes responsáveis do referido benefício.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e com base no Regimento Interno, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura do Estado, solicitando suas urgentes providências no sentido de enviar móveis, máquinas e autorizar a reconstrução do Grupo Escolar "Duque de Caxias", localizado no

Jardim Alvorada, no município de Maringá, quase que totalmente destruído por um incêndio, no último dia quatro, segundo radiograma em anexo, da Diretora Professora Abegair Corina dos Santos.

O mencionado estabelecimento de ensino, atendia diversas crianças de Maringá, sendo de máxima urgência a sua reconstrução, para que não seja interrompido o currículo escolar daqueles estudantes.

Requer ainda, que da decisão da Casa, dê-se ciência à Diretora do Grupo Escolar "Duque de Caxias", professora Abegair Corina dos Santos, de Maringá.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1975.

a) JORGE SATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final assina, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, sugerindo que, por ocasião da elaboração da nova Organização e Divisão Judiciária do Estado, seja criada a Comarca de PÉROLA, a ser desmembrada da Comarca de Xambrê.

JUSTIFICATIVA:

O município de Pérola, constituído pelo distrito da sede e distrito judiciário de Boa Esperança, pertencente à comarca de Xambrê, é dos mais promissores do Estado. Constituído por pequenas propriedades rurais, destinadas à lavoura cafeeira, soube o município enfrentar as mais diversas dificuldades e impor-se na constelação dos municípios paranaenses. Conta hoje, com todas as condições necessárias e requisitos exigidos para a elevação à Comarca. Seu comércio de grande expressão regional; população superior a 35.000 habitantes; colégio eleitoral superior a 11.000 eleitores, são condições que estão a reclamar a elevação e instalação da Comarca. Sugestões outras já foram feitas, ou seja, a transferência da sede da Comarca de Xambrê para Pérola, o que julgamos inoportuno. Tanto um como outro município, comportam perfeitamente a Comarca. Não seria justo portanto, que a elevação de Pérola à categoria de Comarca, viesse em prejuízo de Xambrê, pioneira na região e necessário se faz a sua manutenção como sede de comarca. Sendo portanto este o motivo que nos leva a sugerir a criação da Comarca de Pérola, desmembrando-se de Xambrê, sem prejuízo da existência da última.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1975.

a) ANTONIO FACCI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer à Mesa, ouvido o plenário, o encaminhamento de ofício ao Instituto Nacional de Pesos e Medidas, através de sua representação no Estado do Paraná, manifestando o protesto desta Assembléia Legislativa, pela exorbitância com que foram cobradas as taxas de aferição de balanças no corrente ano, majorado que foi tal tributo, em relação ao exercício anterior, na proporção de 600 por cento, conforme se vê dos Certificados Oficiais anexos, bem assim como os termos do ofício, também apenso, da Associação Comercial de Peabirú.

Ora, bem como esclarece o expediente da referida entidade de classe, "surpreende tal acréscimo (acima de seiscentos por cento), em virtude do próprio Governo Federal estar insistentemente enfatizando que os aumentos de tributos, não devem exceder ao da inflação registrada no ano imediatamente anterior".

Ademais, "a empresa privada sobrecarregada por tantos impostos e taxas, e uma infinidade de obrigações não poderia deixar de perceber este aumento, principalmente nesta época de um controle mais sério da economia do País".

Pede-se outrossim, que da decisão do plenário, dê-se conhecimento à Associação Comercial do Paraná e Associação Comercial de Peabirú, inclusive quanto ao texto deste requerimento e do ofício da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer ouvido o plenário, seja registrado um voto de louvor a "Plantar", Planejamento Administrativo e técnicas de Atividades Rurais, sediada na cidade de São Paulo - SP, pelo trabalho bemérito que vem processando em defesa dos recursos naturais.

Numa área de 130 hectares, próxima à divisa dos Estados do Paraná e de São Paulo, a firma "Plantar", vem realizando uma experiência renovadora de nossa fauna, com o repovoamento de espécies criadas em cativeiro, algumas em vias de extinção, e que são depois restituídas ao seu habitat natural. Representam reservas fechadas de onde nem os animais podem sair nem o caçador entrar.

A experiência visa levar de volta ao local as espécies selvagens outrora e que passaram longo tempo em cativeiro.

A firma "Plantar" já colocou na área, dividida em dois setores, 100 milhões de pinheiros, reconstituindo em parte a ecologia do local, quanto à flora. Faltava um retorno imediato da fauna. O processo é lento e o prazo oscila por volta dos 10 anos para que a natureza na área volte a ser o que era há 50 anos. No final do ano passado, já havia no local mamíferos, répteis e aves.

Habitados a rações, quando uma espécie come determinada planta, esta é imediatamente arrancada e levada à especialistas, que a classificam, passando a fazer parte da alimentação do animal.

A idéia é deixar que a população aumente até o limite máximo, quando então serão colocados predadores, para que o equilíbrio ecológico se dê naturalmente, sem influência humana.

No outro setor da área, com 200 hectares e de difícil acesso, localizado em meio a um "canyon" natural e a mata fechada, convivem espécies consideradas mais agressivas, como caititus, queixadas e ouriços. As cobras são naturais da região, o que indica a presença de roedores.

Diante de tais fatos relevantes à preservação da natureza, registramos prazerosamente a "Plantar - Planejamento Administrativo e Técnico de Atividades Rurais", nosso voto de louvor mais do que merecido, e que esperamos, lhe sirva como incentivo ao seu trabalho de utilidade pública.

Outrossim, solicita que se dê ciência à "Plantar", sediada na cidade de São Paulo - SP.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1975.

a) PAULO CAMARGO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, no sentido de que este determine a instalação de uma agência do banco de sua liderança, no município de Almirante Tamandaré.

JUSTIFICATIVA:

Lutando por acentuar seu destaque e elevar seu índice de crescimento ao nível daqueles que mais se projetam em nosso Estado, os municípios de Almirante Tamandaré, unem-se em prol de um ideal comum: o desenvolvimento.

E nessa incessante e incansável corrida em busca do progresso, já conseguiram realizar vários de seus objetivos, senão vejamos:

Entre fornos de cal, indústria de calcário, casas de comércio, olarias e outras atividades comerciais, aquele município atinge o número de mais ou menos duzentas e vinte empresas em franca atuação, o que, sem dúvida, é a base principal do progresso.

Não obstante o alto número de empresários que lá atuam, e, consequentemente, as transações comerciais ocorridas diariamente, se elevam a um nível bastante marcante, não é o município de Almirante Tamandaré, beneficiado com as facilidades que uma agência do Banestado poderia oferecer, se porventura lá atuam e, consequentemente, as transações comerciais ocorridas diariamente se elevam a um nível bastante marcante, não é o

uma agência do Banestado, poderia oferecer, se porventura lá estivesse instalada.

Adicione-se a estas razões, o fato de que os moradores e especialmente os comerciantes, são obrigados a se deslocarem para Curitiba ou para Rio Branco do Sul, a fim de realizarem seus depósitos, descontos e outras operações da mesma natureza.

Esse deslocamento causa sérios transtornos àqueles que se vêm na contingência de efetuá-lo, pois, além das dificuldades surgidas em razão da distância, acrescente-se os prejuízos decorrentes do tempo dispensado a esse deslocamento, pois vivemos numa época em que o tempo e a distância estão altamente valorizados.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e consequente aprovação do presente.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1975.

a) ALFREDO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o plenário, envio de ofício ao Exmo. Sr. Secretário do Interior, solicitando informações quanto à transferência das casas do Estado, existentes na localidade de Bairro Alto, para a Prefeitura Municipal de Antonina.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1975.

a) ADALBERTO DAROS.

JUSTIFICATIVA:

Existem na localidade de Bairro Alto, município de Antonina, algumas casas de material, construídas pelo antigo Departamento de Águas e Energia Elétrica, onde vivem e residem funcionários públicos estaduais.

Alega a Prefeitura Municipal de Antonina, pelo seu Prefeito, estarem as referidas casas "ociosas" e a Prefeitura pretendia usá-las.

Ocorre que nestas casas residem pessoas, famílias, funcionários com mais de 20 anos de serviço público, inclusive, numa dessas casas, funciona um Posto de Puericultura mantido pelo Departamento Estadual da Criança e dirigido por uma associação local.

Passando essas casas à Prefeitura Municipal de Antonina, nas atuais circunstâncias, estará o Estado colocando os seus próprios funcionários numa situação vexatória e difícil.

A nossa solicitação, objetiva evitar que o Estado indireta-

mente, venha a praticar uma injustiça contra seus próprios servidores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Professor Borsari Neto, ilustre Secretário da Educação e Cultura do Estado, solicitando informar à Casa se está sendo cumprida a lei 2122, publicada no D.O. de 28/07/54, que denomina "Grupo Escolar Dr. Milton Tavares Pais" o Grupo Escolar de Marialva.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1975.

a) ANTONIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento, devido a informações recebidas da cidade de Marialva, segundo as quais, continua aquele estabelecimento de ensino, sendo denominado, mesmo no que respeita a documentação oficial de "Grupo Escolar de Marialva" quando consoante a Lei supra citada, oriunda de Anteprojeto de autoria do ilustre ex-Deputado Francisco Silveira Rocha e sancionada pelo eminente ex-Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, de saudosa memória, passou referido estabelecimento a denominar-se "Grupo Escolar Dr. Milton Tavares Pais", figura ilustre, personalidade que merecedora da homenagem convertida em Lei, acreditamos de justiça o seu requerimento.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 115/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado o Distrito Administrativo de Alvorada do Oeste, no município de Cascavel, com as divisas constantes no Decreto Legislativo da Câmara Municipal de Cascavel.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1975.

a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Alvorada do Oeste como de resto todo o município de Cascavel, vem experimentando um surto de progresso extraordinário que está fundado no crescente aumento de sua produtividade agrícola, criando o desenvolvimento em todos os setores de sua vida econômica, social e cultural. Baseado neste crescimento propomos a criação do Distrito Administrativo para que o progresso advindo do trabalho da população local possa ser melhor assistido administrativamente, dando assim condições sólidas de continuidade do atual desenvolvimento.

A comprovação dos requisitos mínimos para a criação de Distritos Administrativos, estabelecidos pela Lei Complementar número 1, de 09/11/69, já se encontram providenciadas e, serão encaminhados para a anexação, no decorrer da tramitação do presente projeto, junto às Comissões Técnicas desta Casa.

Isto exposto, esperamos o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 116/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaraniaçu, sediado naquele município.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Os Estatutos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guaraniaçu, anexos a este Projeto, fundamentam e esclarecem as finalidades e a atuação do mesmo, as quais preenchem os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual que regem a matéria.

O trabalho que vem sendo desenvolvido pelo referido Sindicato junto ao meio rural do município de Guaraniaçu, justifica a pretensão em torná-lo de utilidade pública.

Em face do exposto, estamos convictos que o presente projeto de lei merecerá o apoio dos nobres deputados.

PROJETO DE LEI Nº 117/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado o Distrito Administrativo de Cielito, no município de Cascavel, com as divisas constantes do Decreto Legislativo da Câmara Municipal de Cascavel.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1975.

a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Cielito, do município de Cascavel, vem apresentando vertiginoso progresso, como do resto da região do Oeste Paranaense. Com seu progresso fundado na grande produtividade de sua agricultura que consigo traz o incremento de todos os setores econômico, social e cultural em franco progresso.

Sentindo este desenvolvimento e a férrea vontade de seu povo, é que propomos a criação do Distrito Administrativo de Cielito, o que trará maiores condições administrativas por parte do executivo municipal para o fortalecimento de seu crescimento. Superando economicamente as expectativas, entendemos que é necessário maiores cuidados administrativos para com esta localidade.

A comprovação dos requisitos mínimos para a criação de Distritos Administrativos, estabelecidos pela Lei Complementar número 1, de 09/11/69, já se encontram providenciados e, serão encaminhados para anexação, no decorrer da tramitação do presente Projeto, junto às Comissões Técnicas desta Casa.

Isto exposto, esperamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 118/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado o Distrito Administrativo do Rio do Salto, no município de Cascavel, com as divisas constantes no Decreto Legislativo da Câmara Municipal de Cascavel.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1975.

a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Rio do Salto, município de Cascavel, já

quando recebia seus primeiros moradores se credenciava ao crescimento. A lavoura muito desenvolvida vem proporcionando aumento vertiginoso em todos os setores, econômico, social e cultural. Tendo em vista este crescimento, estamos propondo a criação do Distrito Administrativo o que possibilitará ao poder executivo de Cascavel um acompanhamento mais condizente trazendo condições e fortalecimento do crescimento local.

A comprovação dos requisitos mínimos para a criação de Distrito Administrativo, estabelecidos pela Lei Complementar número 1, de 09/11/69, já se encontram providenciados e, serão encaminhados para a anexação, no decorrer da tramitação do presente Projeto, junto às Comissões desta Casa, Técnicas.

Isto exposto, esperamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 119/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado o Distrito Administrativo de Juvínópolis no município de Cascavel, com as divisas constantes no Decreto Legislativo da Câmara Municipal de Cascavel.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1975.

a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Juvínópolis no município de Cascavel, na progressista região do Oeste Paranaense, vem apresentando um surto de desenvolvimento dos mais acelerados. A crescente expansão de sua lavoura vem proporcionando novos horizontes à população local, criando um aumento vertiginoso em todos os setores, quer econômico, social e cultural. Baseado nesse crescimento, é que propomos a criação do Distrito Administrativo, o que possibilitará e trará maiores condições para que o Poder Executivo municipal possa acompanhar e fortalecer esse crescimento com solidez.

A comprovação dos requisitos mínimos para a criação de Distritos Administrativos, estabelecidos pela Lei Complementar número 1, de 09/11/69, já se encontram providenciados e, serão encaminhados para anexação, no decorrer da tramitação do presente Projeto, junto às Comissões Técnicas desta Casa.

Isto exposto, esperamos o apoio dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar. Não se encontrando presente o Sr. Deputado Edilson Alencar, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupamos a tribuna nesta tarde, o que faríamos ontem, mas tendo em vista a suspensão da sessão, não pudemos tecer alguns comentários a respeito do que disse o Ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes.

Gostaria de deixar consignado nesta Casa o nosso desagrado, em termos que certas autoridades deste País vêm respondendo documentos sérios através da imprensa.

Esta Assembléia realizou há pouco mais de oito ou dez dias, uma memorável reunião da sua Comissão de Agricultura, com a presença das mais altas autoridades deste País relativamente ao café, Presidente da Associação Brasileira Rural, Presidente da Associação Paranaense de Agricultores, homens representativos de toda a região cafeeira do Norte do Paraná e Sul de São Paulo, que, ao final de uma tarde de debates, elaboraram um documento que foi divulgado pela imprensa e enviado, também,

às autoridades deste País, fazendo reivindicações e críticas com relação à Política do Café.

Pois bem, Sr. Presidente, pelo menos não temos conhecimento oficial, não foi acusado o recebimento desse documento, mas vemos nos jornais de ontem que o Sr. Severo Gomes tomou conhecimento porque deu declarações à imprensa dizendo o seguinte: (Lendo):

“Que a atual política do café adotada pelo Governo Federal, “será mantida em todos os seus itens” e não serão concedidos privilégios a alguns produtores apenas porque tenham capacidade de gritar mais do que os outros”.

Srs. Deputados, nós refutamos tal declaração uma vez que foram Deputados do Paraná, o maior Estado do café deste país, juntamente com Diretores de entidades ligadas diretamente ao café, que se reuniram nesta Casa de Leis, nesta Casa que representa o povo do Paraná, o povo que mais planta café nesta nação, com a maior das intenções para o progresso deste país que todos queremos e elaboraram um documento que o Sr. Ministro diz que foram gritos porque alguns podem mais do que os outros.

O Sr. Ministro disse também:

“Que as reclamações de alguns produtores “não tem nenhum sentido e, por isso, ela será mantida item por item, tanto no que se refere à recuperação dos cafezais atingidos pelas geadas, como no incremento da formação de novas lavouras cafeeiras, em áreas mais vocacionadas para o setor”.

Em áreas mais vocacionadas para o setor, como se o Estado do Paraná não tivesse a vocação do café, há 40 anos neste País, produzindo 1/5 do que o mundo consome”.

Mais ainda:

(Lê):

“O que existe na realidade é o seguinte, (diz o Ministro):

Os recursos alocados para cafezais atingidos pelas geadas são em volume muito superior aos destinados à formação de novos cafezais em outras regiões, e os recursos para novos cafezais contemplam inclusive Estados atingidos pelas geadas, como o Paraná”.

Então, realmente ele se referiu diretamente ao Paraná, e ele está enganado, o Sr. Ministro da Indústria e Comércio, ou por falta de conhecimento pessoal, ou de assessoria, porque no plano de recuperação de cafezais atingidos pelas geadas que o Paraná é realmente contemplado, não o é todavia no plano de aumento da área de cafezais neste País — quando o Paraná não recebeu um pé sequer e o Sr. Ministro diz que os recursos para os novos cafezais contemplam inclusive o Paraná. Este foi, aliás os Srs. Deputados sabem disto, um dos itens da reunião que fizemos nesta Assembléia solicitando que o Paraná fosse incluído também no plano de ampliação da área de cafezais deste País.

Fica portanto a nossa preocupação, de que, documentos elaborados seriamente, com a intenção também séria, sejam respondidos por notas dadas à imprensa deste País.

Pediríamos que também o Sr. Presidente da Comissão da Agricultura nesta Casa, solicitasse ao Ministério, com toda a vênica e com todo o respeito, que dissesse, a esta Casa, que fim levou aquela reivindicação feita, em prol deste Estado e deste País. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): “Prometi trazer a esta Casa, esclarecimentos a propósito do pronunciamento do nobre Deputado Osvaldo Macedo, que dias atrás teceu críticas à COPEL sobre dispensa de empregados em Londrina, em decorrência da incorporação da Empresa Elétrica de Londrina àquela companhia estadual de eletricidade, empregados estes cujos contratos de trabalho teriam sido rescindidos por se encontrarem em idade relativamente avançada.

Tal fato, segundo o nobre Deputado da Oposição, estaria

caracterizando uma discriminação etária e, portanto, um procedimento, entre aspas, "desumano" e "impiedoso".

Agora estamos documentados para asseverar, publicamente, que, os números e as informações aqui trazidos foram distorcidos com a intenção manifesta de prejudicar o bom conceito da maior empresa do Paraná, principalmente no campo social, sujeito, por uma questão de solidariedade humana, a sensibilizar a opinião pública.

Posso portanto afirmar, com absoluta segurança, que, por força da incorporação da Empresa Elétrica de Londrina, nenhum empregado dessa entidade concessionária foi dispensado pela COPEL, nem essa foi a intenção, senão a de melhorar os serviços para o público em geral, evitando justaposição e superposição de empresas ou paralelismo de atividades na região Norte do Estado do Paraná.

Em junho de 1974, quando se deu a incorporação, os empregados da Empresa de Londrina passaram aos quadros da concessionária estadual, sendo nela enquadradas com todos os prerrogativos dos demais empregados lotados em 130 localidades, dentro do âmbito da Superintendência Regional de Londrina e do Centro de Operações, com sede na mesma cidade, ambos da COPEL.

Naquela oportunidade, ampla campanha interna foi realizada, objetivando a plena harmonia dos quadros funcionais das duas empresas.

Várias reuniões foram realizadas com representantes do Sindicato de classes; diretores da COPEL foram àquela cidade dialogar com os funcionários, saber de suas necessidades e anseios para acelerar o processo do entrosamento e filiação à FUNDAÇÃO COPEL que desenvolve salutar programa previdenciário e assistencial, no qual se destaca a complementação de aposentadoria, e que atende a mais do que 16 mil pessoas entre empregados e dependentes.

Como toda organização de estrutura empresarial, a COPEL tem um quadro variável, ditado pelo desenvolvimento de suas atividades, segundo um critério interno de enquadramento com vistas à eficiência dos serviços. Não só em Londrina, mas em todas as regiões do Estado onde houve incorporações, operou-se o critério de enquadramento de empregados, determinando a dispensa de uns e a admissão de outros, tudo dentro de perfeitas exigências da Lei. Assim, em Londrina, como em Ponta Grossa e outras áreas, se constataram excedentes, assim como falta de determinadas profissionais, o que é normal em tais situações.

Em Londrina, ninguém foi dispensado por critério de idade, mais ou menos avançada. Na época de incorporação a Empresa Elétrica tinha 371 empregados — e não 405 como afirmou o nobre Deputado. Em todas as 130 localidades abrangidas pela Superintendência Regional de Londrina, em junho de 1974, havia 728 empregados. Hoje, sob o âmbito daquela Superintendência, existem 669, graças à racionalização dos serviços. As dispensas em nenhuma hipótese tiveram o propósito de atingir funcionários com idade acima de 40 anos, ou com 55, 60 ou mais, como procurou fazer crer o nobre Deputado Osvaldo Macedo. Da redução de pessoal havida, várias estavam na faixa de idade de 16 a 30 anos. Para sermos exatos, 21 empregados estavam nessa faixa de idade, inclusive um de 16 anos e 13 outros em idade variável entre 30 e 40 anos. Em contraposição, permaneceram empregados com mais de 50 anos, como é o caso do funcionário Alberto Valle, da antiga Força e Luz, que cito como homenagem, e que tem 45 anos de serviço, como empregado capaz e exemplar.

Tanto em Londrina, como em Ponta Grossa e Curitiba, onde se deram as maiores incorporações de antigas concessionárias, à COPEL, os critérios de enquadramentos de fizeram com a participação das cúpulas administrativas das próprias empresas incorporadas e muitos chefes de serviços dessas empresas tiveram preferência sobre empregados de igual categoria da COPEL,

por reconhecimento a seus méritos, independente de idade ou da região onde estavam lotados.

Por força do enquadramento havido, decorrente das incorporações, verificou-se sensível melhoria salarial nos quadros da empresa. Acredito ter deixado demonstrado que não existe discriminação etária nem regional ou a local, entre os empregados da COPEL, que é, sem dúvida, um padrão de exemplo de dignificação do trabalho em todo o Estado do Paraná, pelo rigor com que cumpre a legislação trabalhista, e pela especial atenção que dispensa a seus empregados".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, entre outros motivos, para louvar a atitude de um homem público como Luiz Gabriel Sampaio, de tecer críticas às metas de um governo sobre o qual empreendeu a respeito da cafeicultura do Paraná. E também lamentar que o Governo do Estado não tenha tomado uma posição de liderança, de firmeza e de governo e de chefe de governo do Paraná, pelo menos até aqui, não tenho — visto que ele tivesse encampado a questão da cafeicultura como também não vimos encampar a questão da TELEPAR.

E outras tantas posições que ele deveria assumir como chefe do Governo do Estado. Por outro lado, devo prestar um esclarecimento a S. Exa. o Sr. Líder do Governo, que invocando numa hora, a Hora do Expediente, usando da palavra referiu-se a que nós tivéssemos firmado, principalmente, a respeito do encaminhamento de legislação que viesse frontalmente contra as leis constitucionais. Não tenho a pretensão, nunca tive a pretensão de falar nem pela liderança nem pela vice-liderança de nosso partido.

Portanto, a posição que eu assumi em torno da constitucionalidade de Leis, é objetivando o aspecto político daquela questão.

Entendo que muitos projetos de lei se fossem levados à risca da Constituição vigente, os deputados não teriam sequer qualquer significação de assento nesta Casa, principalmente, porque entendo que a Constituição tanto da República como do Paraná, violenta a doutrina democrática.

E acho que deve ser modificada em muitos pontos para se ajustar ao sistema harmônico entre os três poderes.

O terceiro motivo porque assomamos à tribuna no dia de hoje, é para louvar a atitude de nosso egrégio Senador Leite Chaves, objetivando a satisfação dos menos dotados, buscando a identificação de nosso partido com as iniciativas de leis que conferem o mínimo amparo que se pode dar na época em que vivemos ao homem do trabalho, ao homem do campo e àqueles que têm unicamente uma casa. Refiro-me ao projeto, aprovado pelo Senado, relativamente à impenhorabilidade da casa própria, quando esta for a única e se destinar à moradia do proprietário e sua família.

Louvo a atitude desse Parlamentar e louvo a sua preocupação com referência ao Projeto que retira da nota promissória rural o aspecto cambiário que dava vinculação obrigacional direta àqueles que se beneficiam dos títulos.

Quero deixar registrado nos Anais desta Casa o nosso pronunciamento, o nosso apreço a esse Parlamentar que tem se destacado no Senado da República com seus pareceres e sua atuação de homem de espírito público cujo trabalho tem se voltado para o bem comum. Dos quatorze projetos que tramitavam no Senado, Leite Chaves foi relator de onze deles.

Felizmente, parece que o MDB está buscando, na cultura, nos objetivos maiores, a afirmação desta nossa agremiação política.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa tem a satisfação de anunciar a presença, em plenário, dos Senhores Auro de Mello, Presidente da Câmara Municipal de Céu Azul; Alcino Gueli, Secretário da Prefeitura Municipal de Céu Azul; Moacir Costa, Prefeito de Japira; Oleno Volpi, Presidente da Arena de Nova Fátima.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudol, quinto orador inscrito.

O SR. EGON PUDEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna no dia de hoje é fazer com que fique registrado nos Anais da Casa um voto de congratulações, ao Bamerindus do Brasil, que no dia nove do corrente mês inaugurou uma agência no próspero e progressista distrito de Vera Cruz do Oeste, no município de Céu Azul.

Estiveram presentes àquela instalação, o Dr. Matias Vieira de Andrade, e outros diretores do Bamerindus, bem como autoridades municipais, como o Sr. Prefeito Municipal, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e outros Vereadores.

Também se fez presente na oportunidade o nobre e ilustre Secretário da Saúde e Bem Estar Social, Deputado Arnaldo Busato, representando S. Exa. o Governador do Estado.

Quero parabenizar-me com o Bamerindus do Brasil, que na verdade, é um banco que tem uma linda história, um banco genuinamente paranaense, um banco que possui hoje, aproximadamente 480 agências em quase todos os Estados do território nacional.

Esse banco foi iniciado pelo saudoso Avelino Vieira, e hoje continua nas mãos firmes de seu filho Edson Vieira.

Quero parabenizar-me com o Banco Bamerindus do Brasil e com o povo de Vera Cruz do Oeste que, merecidamente, conseguiu a instalação dessa agência bancária.

É devo dizer que a instalação dessa agência representa muito não só para a economia de Vera Cruz do Oeste, mas para a economia de todo o Paraná.

Portanto, era esse o registro que queríamos fazer na sessão de hoje.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes. — (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, sétimo orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acaba a estrada do boiadeiro. O peão segue a faina de, com seu cão, levar o boi ao matadouro. Mas, a empreitada do carnicheiro continua.

Os jornais, se não me engano, de quinta ou sexta-feira passada anunciavam ao Paraná a atitude brilhante do Sr. Governador do Estado com referência aos famigerados mandos políticos, que tantos e tantos crimes têm caracterizado, através de representantes desses mandos que se servem desses expedientes espúrios; que se serviam anteriormente, para perseguir, para monopolizar inclusive a segurança de uma reeleição.

Foi a notícia mais alviziareira que vimos nesses seis meses da presente legislatura.

Foi a impressão mais importante que tivemos do Exmo. Sr. Governador do Estado ao exterminar os famigerados mandos políticos do Estado do Paraná.

Mas, os carnicheiros continuam de pé!

O Prefeito de Ribeirão do Pinhal já não mais escutado pelo seu representante político na Assembléia Legislativa, já sem condições de perseguir, através do poder do Sr. Governador, passou a perseguir por si. E recebemos aqui a fotocópia de um "aviso prévio" do Prefeito de Ribeirão do Pinhal, que diz: "Pelo presente, notificamos que a trinta dias da data da entrega deste, não mais serão prestados serviços à Prefeitura Municipal.

Porisso dou-lhe este aviso prévio".

Este aviso prévio é para o funcionário da Prefeitura de Ribeirão do Pinhal, de nome Luiz Orlandi. Pessoa daquela localidade fez questão de constatar em carta a nós encaminhada, o

motivo da dispensa, sem nenhum respeito a determinações de ordem legal, à Lei e Estatuto do Funcionário Público. (Lê):

Depois de tudo isso, depois do Sr. Governador haver sentido que esse mando político só poderá ser dado àquele cidadão de equilíbrio e fazer exceção a um Deputado com outro, encontrou a fórmula magistral, fórmula magnífica, de evitar perseguições no Estado a seu governo, cortando esse mando político que dava aos Srs. Deputados em sua representação de área. Aparecem os alcaides, os prefeitos municipais empunhando essa bandeira de perseguição, essa bandeira que causa asco, essa bandeira que arrepia a dignidade, essa bandeira que deprime a própria instituição política do Estado do Paraná.

Nós entraremos em breve com uma representação, uma queixa crime contra o Prefeito de Ribeirão do Pinhal, embora não coubesse a nós, porque o poder fiscalizador é a Câmara Municipal, mas em nossas mãos existem subsídios para que possamos buscar justiça e principalmente fazer com que cessem as injustiças cometidas por aquele prefeito.

"Meu prezado amigo e companheiro Benedito Lúcio. Senhor Deputado. Venho por meio deste comunicar-lhe que aqui em Ribeirão do Pinhal, as perseguições continuam na mesma, desta vez a vítima foi outro nosso companheiro, Sr. Luiz Orlandini, que por motivo de passar para o nosso lado o Sr. Prefeito o despediu de suas funções, pois o mesmo vinha exercendo as funções de Chefe do Matadouro Municipal desta cidade, conforme fotocópia do AVISO PRÉVIO em anexo. O Prefeito chamou-o em seu gabinete e disse: O Senhor está puxando muito o saco do pessoal do manda-brasa, então peça a eles que arrumem serviços porque aqui, quem manda somos nós da Arena, e digo mais para o Sr., já são 4 que nós mandamos embora. Como o Sr. já sabe, até o Ibaiti, que é funcionário estadual que tem o Dito Lúcio como seu protetor, eu também transferi daqui e aqui nós só respeitamos o nosso Deputado".

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Lendo): "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos vivendo o momento das mais violentas preocupações sociais; o desespero das classes laboriosas deste Estado e da Nação Brasileira é característico de uma era impregnada de total desesperança, após as recentes geadas, a apoteose de emigração do homem do campo para a cidade vem aumentando assustadoramente, as metrópoles que já se encontram assoberbadas com os problemas dos mais aviltantes, vê a cada dia que passa, o acotovelamento de novas levas que chegam para ficar. E nós sabemos, perfeitamente, que 50 mil pessoas reunidas num só espaço fazem muito menos coisas em comum do que 25 pequenos grupos de duas mil pessoas. O limitado papel das grandes multidões é o de juntar-se nas Praças Públicas, olhar para o pregador e bater-lhe palmas dando vivas. É por isso que os Ditadores amaram as multidões e proporcionaram-lhes grandes auditórios.

LEWIS MUMFORD, afirma que o próprio gigantismo das metrópolis conduz a depressão do seu ambiente; acumulando-se uma multidão numa área relativamente pequena, seria de esperar uma intensa comunicação entre elas.

Nos cortiços e favelas a miséria impõe certo tipo de relações da vizinhança. Existe, porém, muito mais possibilidade de ações comunitárias e coletivas nas pequenas cidades e principalmente na vizinhança rural, do que nas cidades congestionadas; há há menos chance de conhecermos, relacionarmos-nos com os nossos vizinhos, num quarteirão onde residem mil pessoas do que no outro onde moram apenas cem pessoas. Pois toda reunião é seletiva e as feições se tornam identificáveis porque se reencontram amiúde.

O esgotamento físico e mental, o desgaste provocado pelo corre-corre de todos os dias nas cidades atravancadas, trituram os seus habitantes, roubam-lhes o entusiasmo e, na maioria das vezes, os marginalizam socialmente.

Lembro-me que, após a Revolução de 1964, os jornais davam conta de que uma esperança extraordinária renascia na confiança do povo brasileiro; parece que, durante os primeiros 6 meses do Governo Marechal Costa e Silva, os técnicos foram convocados e debruçaram-se sobre a nação inteira, como se fossem médicos à cabeceira de um paciente; devassaram-lhe o organismo todo, revolveram-lhe as víceras, radiografaram todos os seus recantos, para, finalmente, emitirem o diagnóstico e preferirem a prevenção à medicação. O laudo parecia totalmente favorável porque, segundo esses mesmos técnicos, os sintomas fossem caracterizadamente graves, seriam debelados com certa urgência.

10 anos se passaram e a cada dia que sucede ao outro parece que o doente continua mais doente. Ou esses médicos não estavam revestidos de capacidade profissional para aterem a doença tão grave que era portador este país, ou se desvirtuaram profissionalmente, porque, na realidade, o Brasil parece estar cada vez mais doente. Durante toda essa década, observamos um comportamento desequilibrado, correndo de um polo ao outro, deixando ocorrer esquecimentos impordáveis e cometendo, muitas vezes, erros imperdoáveis e irreparáveis, muitas soluções têm sido apresentadas de maneira afoita e sem nenhum estudo.

A terapia parece que tem sido baseada em termos de "slogan" e a problemática aumenta a cada minuto que passa, pois uma Nação se constrói em todas as direções, em todos os campos. O social tem que fazer conexão ao problema político, como o econômico ao social. Pretender um desenvolvimento econômico esquecendo do desenvolvimento social como base, deixando de atender os desequilíbrios, é humanamente impossível.

O Paraná foi duramente surrado neste ano que atravessamos. Como foi esquecido nesta década. Mas, por que será que agora, quando o Paraná com suas terras férteis, considerado maior celeiro de produção deste país, crescido e desenvolvido com a sua gigantesca economia cafeeira, que levou propaganda, por toda parte do mundo e de todas as partes trouxe incalculáveis riquezas, teve que receber o duro imprevisível castigo do Governo Central, castigo de marginalização de desproteção à sua economia pioneira, porque será que agora quando o Paraná precisava de mais proteção e carinho do Governo, esse Governo lhe virou as costas?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, atentai com vossos próprios olhos o prenúncio de acontecimentos sociais que a consequência do abandono do Governo, ao Paraná, poderá apresentar no campo do imprevisível, num espaço mais curto de tempo do que podemos imaginar; cada um dos Senhores poderá perceber isto de perto, visitando as Estações Ferroviárias e Rodoviárias da Capital; permanecendo ali por algum tempo, verão que são centenas de famílias que deixam o Interior e vêm para ficar. Observem nas proximidades da Petrobrás quanto cresce o número de favelados que ali aportam; verifiquem nos quatro cantos da cidade quantas famílias procuram se acotovelar desta ou daquela forma, tentando aqui se estabelecer para uma vida que só Deus sabe como será.

É o lavrador paranaense que abandona a terra, por ter sentido estar abandonado pelo seu Governo, é o êxodo rural que vaticina, a miséria sem comedimento, é uma verdadeira guerra, pior do que isto, é um campo que se povoa de desespero, é uma tristeza que não comporta qualificativos.

Graças a Deus que ainda neste País existe o Parlamento aberto, pois, tantas aberrações têm sido cometidas, entretanto se não fosse o parlamento talvez o volume do triste problema social teria sido muito maior e de consequências imprevisíveis, e daí, apesar de sentirmos que as nossas atribuições de parlamentares foram condicionadas ao simples debate, sentimos que ainda

continuamos a prestar grandes serviços pela causa do povo, e se não participamos como devíamos participar, ativamente, na estruturação de programas financeiros dos executivos, a nós é conferido o direito de discordar e criticar com veemência os erros de ordem administrativa. É por isso que chamamos este País de País Democrático. Porque no Brasil, nesta Pátria querida, sabe-se que a vida política de uma nação não se esgota apenas no ato de votar, nas eleições escolhem-se alternativas mas é no período que as antecede que a verdadeira política é exercida, é o momento de debates e com eles a difusão das idéias.

Depois de tantos acontecimentos, prejudiciais e perigosos para este País, o Presidente Ernesto Geisel, ao que tudo indica deve estar desencantado com o império da tecnocracia apregoada e implantada no Brasil como medida salvadora, que esqueceu que o Homem existe e que ele ainda acima de tudo nasceu primeiro que o Estado.

E é por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que no exercício de nossa atividade parlamentar não cansamos de vir a esta tribuna e nela estarmos tantas e tantas vezes as oportunidades nos propiciem este direito; se as autoridades responsáveis pelo bem estar comum da gente brasileira dormem o sono latente diante da apoteose que um futuro nada promissor prenuncia, cabe a nós a tentativa sem desânimo de continuar batendo através das palavras, no sentido de acordá-los o mais breve possível a fim de que se evite uma desastrosa hecatombe social que não tardará a vir.

O abandono ao Estado do Paraná, tão caracterizado por parte do Governo Federal como tem ocorrido nestes últimos tempos, é prenúncio de funestas consequências para todo o País; sabemos que esta unidade federativa é um dos maiores celeiros da Nação brasileira, por isto mesmo, relegar este Estado ao abandono é suprimir ou obstaculizar a sua caminhada gloriosa na efetiva participação de nossa própria economia.

Não pretendemos qualificar o Brasil de hoje como a bíblica torre de Babel, que disvirtuados os seus operários, lutavam as obrigações de ordem de serviço a eles expedidas criando o processo de descontinuidade do projeto previsto; o que se observa através de tantos erros administrativos, é que o Brasil embora regado por pensamento de desenvolvimento por parte de seu Governo; na equipe desse mesmo Governo encontra homens de frente que pouco ou nada entendem para dar resolução aos problemas que lhes são confiados. Que mude Ministros, se for necessário, entretanto, não deve se mudar nunca os destinos gloriosos de um Estado como esse, essencialmente agrícola, Vice-Rei da Cafeicultura do País."

Sr. Presidente, prevendo problemas sociais, alvitantes, criados pelo próprio Governo Central, viram as costas para o Paraná, arrancando dos paranaenses a condição de promotividade deste Estado, que escreve páginas históricas da Nação por economia, anos e anos seguidos, o café arrancando do Paraná, o polo-petroquímico, que tinha um dos projetos mais brilhantes e mais caros e mais importantes para receber, arrancando do Paraná as condições de sua própria subsistência. Nós apelaríamos, pelo menos à Secretaria de Bem Estar Social, através de requerimentos, providências para atendimento deste povo, destes nossos irmãos paranaenses, homens construtores da riqueza deste País, que estão deixando a terra e estão migrando para o centro da cidade em busca de um mercado de emprego que também não existe, porque o mercado de emprego tem sido estirpado do Paraná pelo atual Governo deste País. Nós encaminharemos o nosso apelo em forma de requerimento ao Sr. Secretário de Bem Estar Social, dele solicitando informações para posteriormente darmos alguma sugestão.

O SR. NILSO SGUAREZI — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

V. Exa. não desanima de ocupar a tribuna desta Casa e eu me recorro, eminente Deputado, que no início da presente legislatura, esta Casa permanentemente estava frequentada pela grande

maioria dos Srs. Deputados, hoje, lamentavelmente se nós verificarmos o plenário são poucos os Deputados que ainda encontram ânimo para aqui comparecer. Depois da infeliz fala presidencial, que um Deputado da Arena, neste mesmo plenário afirmou ser mais forte para o Paraná que a própria geada, depois desta fala, o desencanto, o desentusiasmo, que não ocorre apenas nesta Assembleia, mas no Brasil todo. Permiti-me o aparte porque vejo que V. Exa. fez uma análise da situação, uma análise global e quero introduzir no discurso de V. Exa. um pequeno trecho de editorial do "O Estado de S. Paulo" de hoje, que sintetiza muito bem o que hoje, no Brasil é ser político: (Lê):

"Desafortunadamente, as articulações para a recomposição dos comandos partidários coincidiram com o período de maré baixa. A evidência de estagnação, marcada por sinais desanimadores de retrocesso nas generosas intenções presidenciais de promover a distensão política e a nova difusa conceituação oficial da distensão amesquinham o exercício da atividade política, rebaixando-a aos níveis degradados do passado.

E o MDB atirado ao fundo da fossa do desalento, o partido que inchou mas sente que se encurta o horizonte de suas esperanças, e é uma Arena atribulada pelas incertezas do seu destino que se estão dissolvendo em processos diversos de liquidação. O nível político caiu, depois de retirado da pauta o seu tema nobre. Em seu lugar, os partidos oferecem o espetáculo melancólico e constrangedor da passividade ou da medíocre disputa de coisa nenhuma.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte do nobre Deputado, e naturalmente, os 54 Srs. Deputados que compõem esta Casa com a responsabilidade de representação de 54 regiões deste Paraná, sabem e entendem que estão perfeitamente conscientizados e que aqui estão em disputa de coisa nenhuma.

E uma grande prova disso, quero, nesta oportunidade dar conhecimento ao Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que até a Secretaria de Estado dos Negócios do Governo se omite no responder os requerimentos dos Srs. Deputados que aqui à tribuna vêm muitas vezes sem alcançar os seus objetivos, e nem sequer receber a resposta de seus requerimentos, em sentido objetivo ou em sentido negativo.

Todos sabemos perfeitamente que estamos marejando em águas turvas; estamos lutando sem encontrar um sentido às nossas lutas;

Entretanto, as nossas palavras hão de parar no córrego até que elas sejam recebidas por consciências sadias e responsáveis pelo sofrimento do povo deste Brasil e principalmente do Paraná; do sofrimento das classes laboriosas, das classes abandonadas, hão de ser paradas no córrego até que entendimentos sadios, vivificantes; revestidos de sentimentos espirituais possam assumir a função diretiva do Governo deste País e deste Estado, porque estas sempre hão de captar as nossas palavras. Porque nós falamos com o coração, porque dele se expõe o sentimento da dor que vive o povo do Paraná.

É triste, Srs. Deputados, pela consequência do afastamento do Governo diante dos acontecimentos. É os hospitais que estão abarrotados de pessoas com falta de remédio. É os hospitais que se fecham para dar atendimento a paranaenses e brasileiros. São centenas de brasileiros que estão doentes, por falta de remédio.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Prezado Deputado Lúcio Machado. V. Exa. e o Deputado Nilso Sguarezi, com suas presenças constantes nesta tribuna demonstram estar preocupados com os destinos da administração pública do Estado.

Durante o Pequeno Expediente V. Exa. fez referência ao decantado mando político, conforme suas palavras. Este assunto, tantas vezes falado e discutido nesta Casa, é uma matéria de alto interesse da bancada oposicionista comentá-lo, principalmente devido a repercussão lá fora. Mas sabe V. Exa. e toda esta Casa,

que esta representação eleitoral é conseguida por deputados da situação, da ARENA, e conseguida através dos resultados eleitorais. As urnas é que deram, nas últimas eleições, aos deputados representantes dos municípios, esta representação que significa a responsabilidade de, juntamente com o Governador do Estado, participar das reivindicações quando os cargos são da confiança do Governo. E, fora disto, tantas outras coisas que dizem respeito à presença do deputado junto ao Governador do Estado, na administração do Estado e do Município.

V. Exa. está preocupado com os destinos administrativos do Paraná. Sobre isto pedi um aparte, e V. Exa. gentilmente me concedeu, para dizer que felizmente o Paraná está em boas mãos.

Como V. Exa., e talvez mais do que V. Exa., está preocupado também o Governador Jayme Canet Júnior. Ninguém está mais entregue à vontade, ao desejo de construir este grande Estado, do que S. Exa. o Governador.

V. Exa. sabe e toda esta Casa, que o Sr. Governador está, desde a manhã até altas horas da noite no Palácio, atendendo às variadas solicitações mais que lhe são feitas de reclamos de administração pública. Ontem mesmo vimos expostos à frente do Palácio, 45 caminhões novos, FNM, com basculantes, parte de um lote de 90 caminhões com os quais pretende o DER, por determinação do Governo, o cascalhamento de quase todas as estradas paranaenses, principalmente as que demandam até as vias asfaltadas, pretendendo escoar a produção agrícola. Isto preocupa o Sr. Governador, como o serviço de rodovias, de telefonia.

Ainda há pouco estava em Palácio com 50 prefeitos municipais, integrantes do famoso clube DDD, homens da ARENA e do MDB, juntamente com o Ministro Quandt de Oliveira, inaugurando o novo sistema de Assis Chateaubriand.

Na educação, nos transportes, em tudo está presente o Sr. Governador do Estado.

Falava V. Exa. na economia cafeeira. Ninguém mais do que o Sr. Governador preocupou-se homem que conhece nossa economia cafeeira, porque é agricultor por excelência e que, junto ao Sr. Presidente da República, advogou e está advogando as causas de interesse do Paraná.

Parabenizo-me com V. Exa. com esta preocupação. Um homem da oposição querendo dar o máximo em favor do Paraná. É bom que se juntem as palavras de V. Exa. e o trabalho de cada um de nós da construção do Estado. V. Exa., prezado Deputado, que tantas vezes está presente nesta tribuna, trazendo coisas do alto interesse da administração pública, receba agora meus cumprimentos por mais uma vez abordar assunto de tamanha importância para a economia de nosso Estado. Mas, ressalto aqui a preocupação, que não é de hoje, do Sr. Governador do Estado, na condução da administração pública estadual, e o faz com amor, dedicação, eficiência e tanta dignidade.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de V. Exa. e cumpre esclarecer que nós falamos simplesmente em nome da Oposição. Falamos altamente, conceituando os problemas que verificamos como representante do povo, na estrutura de nosso Partido. Jamais criticamos o Governo e, quanto vemos que esse Governo está fazendo alguma coisa que revesta em benefício da estrutura administrativa do Estado. Se o Governo administrativo do Estado. Se o Governo adquiriu duas, ou três dezenas de caminhões basculantes, para serem entregues imediatamente ao DER, cumpriu pelo menos uma parcela de seu dever. Adquiriu com o dinheiro do povo do Paraná. E nenhuma outra melhor forma seria, para o Governo, do que aplicar o dinheiro do povo em seu benefício, no que diz V. Exa., na construção de estradas.

O que não podemos concordar, nobre Deputado Basílio Zanusso, é quando V. Exa. afirma o Governo do Estado do Paraná não tem medido esforços em defender os interesses da cafeicultura deste Estado. Porque nem sequer ouvimos uma palavra

deste Governo aos ouvidos do Governo Central, para que ele auxiliasse este Estado que tanto tem contribuído para a economia nacional, através da cafeicultura.

Falhou então S. Exa. o Sr. Governador do Estado, fechando os olhos e os ouvidos ao clamor do agricultor paranaense, principalmente do cafeicultor.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quero agradecer as referências, e juntar-me aos louvores que V. Exa. tem recebido, e os apartes brilhantes. Mas, quero discordar em parte, principalmente porque o processo histórico brasileiro merece uma certa análise, porque tenho a impressão até termos voltados aos primórdios do descobrimento do Brasil. Assemelha-se a administração dos Estados Federados às capitanias hereditárias.

Realmente, o que se tem notado, ou é uma espécie diversificada de capitania, ou de feudalismo, poderíamos dizer num recurso de retórica.

Por outro lado, o Deputado Basílio Zanusso e nessa parte quero discordar, diz que o Estado está sendo construído.

Entendo que o Estado, realmente, já está construído. O que se procura no Estado — e não é outro o papel nosso — é a preservação do Estado do Paraná. Mas, nem isso o Governo tem feito. Porque, se tivesse feito com zelo, com dedicação, como homem nascido das lides políticas do voto direto e secreto, pelo sufrágio universal que pregamos, decantamos e defendemos, haveria ele de defender a cafeicultura do Estado. E a sua missão seria de defender a cafeicultura, fazendo parte de um esquema desse mister.

Por outro lado, Srs. Deputados, é verdade que tivemos notícia da visita do Ministro Quandt de Oliveira, mas esta Casa pelo que eu sei, e até digo que sei, porque faço parte, pelo menos em rápida passagem, da Comissão Executiva da Assembléia, não recebeu nenhum convite, pelo menos eu não vi convite. E quero até indagar o que estaria motivando a sua visita ao Paraná. Não seria para levar as assinaturas, para levar ao Governo Federal o acervo da TELEPAR, quem sabe?

Digo mais, o Estado do Paraná, no que se refere a sua construção, vou além, defendo que temos que mantê-lo naquilo que já está construído. Não quero afirmar, mas a voz que se ouve nas ruas, é que S. Exa. o Sr. Secretário da Indústria e Comércio teria sido consultado por um grupo português que haveria de instalar aqui uma indústria hoteleira, daquela que se fala de 5 ESTRELAS, e o homem teria indagado e eu não faço afirmação, mas indago, esse negócio me cheira a negociata.

Quero crer que isso não passa de boato. Por outro lado, S. Exa. há de me permitir, no ponto que V. Exa. abordou e que me refiro especificamente a V. Exa., a devassagem do Poder Legislativo, a insignificação daquilo que se prega, as lutas que se travam nos parlamentos de toda esta República e principalmente no Congresso Nacional, temos visto o acanhamento de nós todos e eu me incluo e concito e exalto a todos os companheiros para que renovemos esse estímulo de luta, porque vencer sem lutar é triunfar sem ter glórias, é o que nos parece.

Congratulo-me com V. Exa., por falar aí em nome deste povo que sofre as angústias e agrura de um governo que o esquece, porque dele não precisa para chegar ao poder.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado, tem razão quando caracteriza que as unidades federativas deste País foram legadas aos donatários. Voltamos à década de 1.500, porque sabemos que os erros administrativos se avolumam pela falta de efetiva participação dos homens no organograma da administração. E é por isso que nós nos gloriamos ainda de ter um parlamento aberto, porque através do parlamento é que se diz a palavra do povo, que se manifesta o sentimento do povo, embora essas palavras e essa manifestação não alcancem os resultados.

Por isso estamos satisfeitos e haveremos de continuar lu-

tanto, haveremos de continuar denunciando, haveremos de continuar orientando o poder administrativo, para que menores erros sejam cometidos, porque a perfeição só virá com a perfeita liberdade desse povo brasileiro.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a V. Exa. que me concede um aparte pela segunda vez. Não poderia calar porque não poderia ficar registrado nos Anais desta Casa, conforme palavras de V. Exa., que S. Exa. o Sr. Governador Federal e às autoridades federais nas reivindicações diversas e várias em favor da agricultura e, principalmente, da cafeicultura paranaense.

Não tivemos nós, ninguém do que o Sr. Governador, para reclamar direitos, para apresentar sugestões. Esteve S. Exa. sobrevoando no dia seguinte, após a ocorrência das geadas e da neve, todas as regiões verificando pessoalmente os grandes prejuízos que causaram as geadas e a neve para depois ir, pessoalmente também, ao Presidente da República e a todos os órgãos federais relacionados com a nossa produção agrícola, para defender a nossa economia.

Não poderia agora, V. Exa. deixar de fazer constar nos Anais a omissão do Sr. Governador, quando todo o Paraná está presente. V. Exa. sabe que pessoalmente ele comandou a campanha indo às rádios, indo às televisões de Apucarana, de Londrina, da Capital do Estado informando e prestando contas de suas viagens.

Concordo com V. Exa. quando argumenta que poderíamos ter obtido mais, porém, o Sr. Governador reivindicou muito mais, mas o que conseguimos foi o que está. Recursos capazes de recuperar a nossa economia cafeeira e a nossa agricultura. V. Exa. sabe que os Bancos oficiais, pelo menos agora, já podem dar adiantamento, em forma de financiamento, para dar a recuperação de nossa agricultura. Concordo com V. Exa. de que áreas superiores a dez mil pés deveriam ser todas replantadas e até as de 100 mil pés, porém isto não conseguimos, o Paraná não conseguiu através do Sr. Governador. Mas, que houve omissão, que houve falha isto não. O Sr. Governador esteve presente, como está presente em todos os sentidos da administração pública.

Temos brevemente, fruto do planejamento deste governo, recursos liberados por S. Exa. o Sr. Presidente, acatando, também à solicitação de nosso Governo, de nosso Estado, para dar combate à erosão, mal que aflige o Paraná há quinze anos. Erosão urbana que está sendo combatida com poucos recursos dos municípios. 720 milhões de cruzeiros para serem aplicados num plano de quinze anos.

Temos ainda, o Paraná todo recebendo recursos para a reforma de prédios escolares principalmente. A Secretaria de Administração, por determinação do Sr. Governador, está fazendo este serviço que não víamos há tantos anos.

Ouvimos, ainda há pouco, as palavras do Deputado, representante de Cascavel, Deputado Fidelcino Tolentino, que tão brilhantemente representa aquela região nesta Casa, que deveria, acho, agradecer as providências do Sr. Governador em determinar ao DER que desse condições de transporte para escoamento da produção da região Oeste e Sudoeste do Paraná.

Portanto, Sr. Deputado, respeitando e congratulando-me com a presença de V. Exa., preocupado com as coisas do Paraná, o que não me surpreende, gostaria de dizer que V. Exa. há de convir conosco que, o que temos à frente do Governo é o que volto a afirmar, um homem capaz, bem intencionado, que fará do Paraná um grande Estado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado Basílio Zanusso, ninguém desconhece o valor de V. Exa. nesta Casa, como digno representante de sua região. Mas analisando friamente a defesa que V. Exa. tenta fazer, da omissão do Governador com referência ao problema do café no Paraná, eu gostaria de fazer aqui uma análise, analisando o Sr. Governador como aquele advogado que, terminando o seu curso de bacharel em Direito, ao

ser procurado pelo seu primeiro cliente, ao fazer a defesa do mesmo no Tribunal do Júri, ele não soube manejar nem o Código Penal. Aconteceu isto, com o Governador do Estado do Paraná, eis que, no instante em que ele sentiu que o Governo Federal ia voltar as costas para este Estado no momento que este Estado precisava do maior apoio do Governo Federal deveria, o Sr. Governador, convocar a Assembléia Legislativa do Estado, convocar a bancada da Oposição, formar-se uma comissão de debates, formar neste parlamento uma força, para ir junto ao Governo da República, mostrar-lhe o maior erro que ele poderia ter cometido, no instante em que o Paraná mais dele precisava.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Combativo e respeitado companheiro, a nossa amizade permite que eu esclareço o Deputado Basílio Zanusso, porque eu entendo, data vênica, que os governos se instalam - esta é a regra - eles se instalam para distribuir o bem comum, e eles se aparelham, se instruem juridicamente de todas as normas, para formar o arcabouço jurídico do Estado e, através desse instrumento arrecadar os impostos, e naturalmente o entesourado desses impostos arrecadados deve ser distribuído, a atribuição do Governo é distribuí-lo em obras.

Evidentemente que não poderia ser outro o pensamento do Governo, porque ele estaria laborando contra o próprio organismo do Estado. Daí entendo que não há razão de se agradecer também, ou, do povo que votou em nós agradecer o trabalho que estamos fazendo, que nós todos estejamos fazendo, estamos isto sim, cumprindo uma confiança que pelo menos alguém depositou em nós.

Por outro lado, a nossa região Oeste do Paraná que se tem tornado uma das maiores potencialidades econômicas do Estado, eu acredito, não acredito, quero acreditar que talvez seja por obra da Usina de Itaipu que o Governo tem voltado suas vistas para lá, quero crer que seja isto, porque antes de se falar em Itaipu, se ouvia o Governo do Estado, o Governo da República — fez a estrada BR 277, até agora. Só a BR 277. Tem um sentido de fazer a relação diplomática, o intercâmbio com o País vizinho o Paraguai e, realmente, se se recorrer aos anais da história das arrecadações tributárias do Estado, verifica-se que, sobretudo Cascavel tem se despontado como terceira cidade do Brasil em questão de progresso e nos tributos, tanto Federal como Estadual, uma das maiores expressões do Estado, e não seria outra a razão de pelo menos o Governo reconhecer, em parte, o laborioso trabalho daquele povo.

Obrigado e desculpe-me se fui além.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Lúcio Machado, V. Exa. iniciou o discurso que pronuncia com algumas afirmações e expressões até certo ponto consideradas por mim, me perdoe V. Exa., não é assim tão sensível, consideradas injustas, e V. Exa. referindo-se à administração do Estado, empregou a expressão de ADMINISTRAÇÃO AFOITA E SEM ESCRÚPOLOS.

O SR. LÚCIO MACHADO — Apenas para ilustrar V. Exa., eu não disse sem escrúpulos, porque para mim é uma palavra anti-parlamentar.

Eu queria que corrigisse.

O SR. IVO THOMAZONI — Eu anotei numa das partes do discurso de V. Exa. e depois as conferirei com as notas taquígrafas. Nós costumamos ouvir com muita atenção e respeito os pronunciamentos que se fazem nesta Casa. Muito embora o de hoje exemplifique bem retóricas e me permito, não quero falar com a educação, sem conteúdo, porque V. Exa. alinha numa série de acusações, a figura do Governador do Estado, injustas, porque V. Exa. ainda, eminente Deputado, não se apercebeu de que acabou o tempo em que o Governo, os homens que faziam o Governo tinham que fazer demagogia, para se fazerem ouvir, tinham que vir à praça pública e gritar, de forma até histórica,

para que as suas reivindicações tivessem eco junto aos Governos da época. A este Governo não se justifica. Ontem, eram 11,30 horas, quando despachava com o Governador, que ligava para o Rio de Janeiro para falar com o Presidente do IBC e preconizava medidas em favor da cafeicultura, solicitando do Sr. Callazans que determinasse financiamento da ordem de cinquenta por cento da área e não de cafeeiros e justificava com conhecimento de causa, este pedido, mas esta não foi a primeira vez. O primeiro homem a se deslocar de Curitiba até Brasília e solicitar medidas em favor da cafeicultura e da agricultura e pecuária do Paraná, depois das inclementes geadas porque passamos, visitou todos os ministros de Estado.

E os ministros numa revoadia praticamente, estiveram em todos os Estados. Governador que não vem fazer demagogia nesta Assembléia.

É um Governo responsável, um governo preocupado para que o Estado do Paraná tenha uma administração condizente do seu progresso.

E nós vamos deslanchar agora, o setor de construção de sala de aula, Oitenta milhões de cruzeiros a fundo perdido para adquirir material escolar, que nós também sabemos, temos muita falta neste Estado. Mas se aplica agora nos últimos quatro meses deste ano, 240 milhões de cruzeiros na SANEPAR, para atender oitenta municípios. E tem uma programação no setor de telecomunicações que já é o melhor do Brasil o deste Estado. E deve dobrar, a capacidade, porque hoje temos 1,8 telefones para cada cem habitantes e passaremos a ter quatro telefones para cem habitantes. Porque atacar-se a figura do Governador que trabalha diuturnamente em favor da causa pública. Um homem correto, honesto que fala a verdade, aqui a representá-lo constatamos isso.

O SR. PRESIDENTE — A mesa concede cinco minutos, para — que o Deputado conclua a sua oração.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a oportunidade e prometo ir à tribuna para fazer um quadro desta administração.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço ao Deputado representante do Sr. Governador, da cadeira de liderança desta Assembléia Legislativa. V. Exa. que sempre me sensibilizou com o seu respeito, com a sua educação, e com o seu modo de tratamento, hoje atira sobre nós a ofensa, a agressão e até o desrespeito quando diz que o nosso pronunciamento não tem conteúdo. V. Exa. disse que o Governador vai saber do que estamos dizendo aqui através das notas taquígrafas. Quero esclarecer a V. Exa. que falo em nome do povo, e quero que o Sr. Governador entenda, ouça e leia as minhas palavras. Aqui não se faz demagogia, aqui se fala alto.

Porque é nos momentos difíceis que a cultura da palavra acorda aqueles que dormem o sono lactente, diante de tanta tristeza e abandono que está vivendo o povo do Paraná. Em nenhum momento da decorrência do meu pronunciamento eu disse, que o Sr. Governador é desonesto.

Falei da incapacidade do Governador na hora mais premente da defesa do Estado.

Percorreu as áreas e verificou as doenças que estão tomando nosso Estado, mas não deu nenhum remédio para libertá-lo da grande enfermidade que está contaminado, e só Deus sabe, por quanto tempo vai durar.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LÚCIO MACHADO — Não dou aparte, porque só tenho 5 minutos e vou ler ainda um requerimento.

Permita-me reservar este aparte para outra oportunidade.

Sr. Presidente, após este pronunciamento sem conteúdo, como disse S. Exa. o Deputado Ivo Thomazoni, e que faço questão de solicitar à Mesa, na forma de requerimento, seja encaminhada cópia na íntegra ao Sr. Governador do Estado para conhecimento, vou ainda requerer medidas paliativas ao acontecimento social que se caracteriza pela falta da presença do Governo no atendimento ao mesmo e posteriormente apresentarei sugestões.

(Lê):

"Senhor Presidente.

Após este preâmbulo, usando dos direitos que lhe são conferidos por Lei e tendo em vista o grande problema que poderá eclodir não só para a Capital do nosso Estado mas acima de tudo para o campo rural, que sofre o seu esvaziamento, proponho à Casa o seguinte **REQUERIMENTO**: solicitando informações ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Saúde e Bem Estar Social para mais tarde poder apresentar sugestões amenizadoras para o problema, principalmente característico do êxodo rural.

SÚMULA:

REQUER ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios de Saúde e Bem Estar Social, providências no sentido de dar conhecimento ao requerente as seguintes informações:

a) Quais as providências que vem sendo tomadas por esta Secretaria com referência ao combate à proliferação de mocambos e favelas que segundo se observa têm aumentando assustadoramente nas zonas suburbanas desta Capital.

b) Quais são as espécies de atendimento social que vêm sendo proporcionado pelo seu Departamento específico aos habitantes das favelas aludidas na letra "a" e principalmente aquelas famílias recém-chegadas do interior e que se unem aos atuais favelados da Capital.

c) Quanto à prestação de serviços médicos e hospitalares, qual foi o número de atendimento ocorrido nos últimos 60 dias às pessoas desprovidas de recursos.

d) Que providência vem sendo tomada pela Secretaria de Saúde através de seu Departamento e Bem Estar Social sobre locação de empregos e outros atendimentos aos trabalhadores desempregados, principalmente os vindos do interior.

e) Quais as diligências mais importantes tomadas no atual período administrativo e principalmente nos últimos 3 meses até 31 de agosto para a resolução dos seguintes problemas:

I — posição de mercado de trabalho e condições de locação do trabalhador afastado.

II — atendimento social aos menos favorecidos em toda sua extensão.

III — concessão de aparelhos visual, ortopédicos, etc.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1975".

Era só, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Esta Presidência registra, com satisfação, as presenças dos Srs. Prefeitos Municipais de Colorado e Iguaraçu, acompanhados pelo Sr. Deputado Quilse Crisóstomo.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiado.** — **Irão à Comissão de Constituição e Justiça.**

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — **Irá à Comissão de Constituição e Justiça.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 46/71, de autoria do Sr. Deputado Quilse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, através da coordenação da Secretaria de Obras Públicas, proceder instalação de linha telefônica ao longo da BR-116, trecho Curitiba - Usina Capivari Cachoeira. Pareceres favoráveis da CCJ, C.F. e C.O.P.T.C., **EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 35/75, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que denomina "Grupo Escolar Professora Edite Cordeiro Marques", o atual Grupo Escolar de Turvo, Município de Guarapuava. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 59/75, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de Utilidade Pública a Associação Assistencial de Guaira, com sede e foro no município de Guaira. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 59/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DE GUAIRA, com sede no município de Guaira.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1975.

a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DE GUAIRA, com sede e foro no município de Guaira, é uma associação assistencial filantrópica, civil e utilidade pública, com personalidade própria.

Pelos inclusos estatutos da associação e pelos atestados das autoridades competentes, se observam os relevantes serviços sociais que são prestados à coletividade mais necessitada.

Do exposto, considerando que a mesma preenche os requisitos necessários e indispensáveis à sua declaração de utilidade pública, é que oferecemos o presente projeto de lei à consideração dos nobres pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 59/75

1. A documentação que instrui o projeto de lei em tela, comprova plenamente que a Associação Assistencial de Guaira presta assistência moral e material às famílias e pessoas necessitadas naquele município, servindo desinteressadamente à coletividade.

2. De outro modo, verificamos que o projeto de lei em causa não fere a Lei nº 4399, de 17 de agosto de 1961, desde que está em funcionamento há mais de um (01) ano, mais precisamente, desde 13 de março de 1967.

3. Certificamos ainda, que seus diretores não são remunerados, e nem a Sociedade distribui lucros ou dividendos a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto, segundo é previsto na legislação federal (Decreto nº 50.517, de 02/05/61), quando se trata de declaração de utilidade pública por parte da União, de cuja legislação nos socorremos subsidiariamente para efeito de apreciação de projeto dessa natureza.

Nessas condições o nosso parecer, é pela aprovação do Projeto de Lei em exame, por ser o mesmo constitucional e não ferir qualquer disposição legal.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, ofício firmado pelo Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados representantes do MDB, para a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para o setor de

Educação. — Ao Departamento Legislativo. Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Paulo Mader Bittencourt. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 98/75. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, sugerindo, por ocasião da elaboração da nova Organização e Divisão Judiciária do Estado, seja criada a Comarca de Pérola, a ser desmembrada da Comarca de Xambrê. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo, ao Sr. Secretário de Educação e cultura e ao Sr. Presidente da FUNDEPAR, no sentido de que sejam tomadas medidas a fim de possibilitar a volta à normalidade do Grupo Escolar "Duque de Caxias", de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à equipe da Monofil de Ponta Grossa, pela conquista do Campeonato Industrial Sul-Brasileiro, disputado recentemente entre os Estados do Sul, na Princesa dos Campos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Instituto Nacional de Pesos e Medidas, manifestando o protesto da Casa pela exorbitância com que foram cobradas as taxas de aferição de balanças do corrente ano. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que seja incluído na nova Divisão Judiciária a criação da Comarca de Alto Piquiri. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que seja incluído na nova divisão Judiciária, a criação da Comarca de Terra Roxa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de louvor à "Plantar" sediada na cidade de São Paulo-SP, pelo trabalho benemérito que vem processando em defesa dos recursos naturais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que sejam enviados

móveis, máquinas e autorizar a reconstrução do Grupo Escolar "Duque de Caxias", em Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, no sentido de que determine a instalação de uma agência, no município de Almirante Tamandaré. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni, Nilso Sguarezi, e Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Comando da Força Aérea Brasileira, solicitando a viabilidade do comparecimento da Esquadilha da Fumaça, às festividades de aniversário dos municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão e Coronel Vivida. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Damos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, pedindo informações quanto à transferência das casas do Estado, existentes na localidade de Bairro Alto, para a Prefeitura Municipal de Antonina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, referente ao êxodo rural e atendimento social, que vem sendo proporcionado pelo Departamento específico, aos habitantes das favelas e principalmente àquelas famílias recém chegadas do interior e que se unem aos favelados. — **Em discussão.**

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Ministro da Fazenda, no sentido de que seja estudada a possibilidade de exigir, por ocasião da concessão nas variadas faixas de financiamentos bancários, uma Certidão Negativa de Débitos Municipais, da jurisdição da agência. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente da sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja determinado providências para que o ônibus da Empresa Princesa dos Campos, que faz a linha Curitiba - Palmeira, inclua em seu itinerário a cidade de Porto Amazonas. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 12, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.